



### O VALOR TRABALHO NA SOCIEDADE DE RISCO: A FÁBRICA GLOBAL

*AMOUNT WORK IN CORPORATE RISK: THE GLOBAL FACTORY*

**Ângela Diniz Linhares Vieira**

Mestranda da Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT, Mato Grosso.

**Bismarck Duarte Diniz**

Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade de São Paulo – PUCSP e Professor do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito da Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT, Mato Grosso.

**DOI – 10.5585/rtj.v4i1.168**

#### **RESUMO**

---

Diante da existência de um globo que não é apenas uma figura astronômica, e, sim, o lugar no qual todos estão acolherados e ligados por consequência da comunicação instantânea da informação, a cultura universal de estilos e experiências, o alcance mundial de mercados e mercadorias e os produtos compostos de partes oriundas de diferentes continentes, questiona-se, qual a denominação dessa conjuntura social, Globalização, Globalismo ou Globalidade. Entretanto, é incontroverso que, referidas conjunturas sociais, transformaram a Sociedade Tradicional na Sociedade Industrial que provocou os riscos da atual Sociedade de Risco. Neste diapasão, repensar o Valor Trabalho, nesta Sociedade de Risco, é salutar, principalmente quanto ao seu elemento essencial, a Saúde do Trabalhador.

**PALAVRAS-CHAVES:** Globalização; Sociedade de Risco; Valor Trabalho.

#### **ABSTRACT**

---

*Given the existence of a globe is not just an astronomical figure, and yes, the place where everyone is connected acolherados and consequently the instantaneous communication of information, the universal culture of styles and experiences, the global reach of markets and commodities products and compounds derived from parts of different continents, wonders what the name of this social environment, Globalization, Globalism and Globality. However, it is uncontroversial that these social settings, turned the Traditional Society in Industrial Society which led the risks of the current Risk Society. In this vein, rethink Value Work, Risk Society this is salutary, especially as to its essential element, the Occupational Health.*

**KEY-WORDS:** *Globalization; Risk Society; Value Work.*

## SUMÁRIO

---

Introdução; 1. As Possíveis analogias com a palavra globalização; 2. Globalismo versus globalização versus globalidade; 3. O valor do trabalho na sociedade de risco; Conclusão; Referências bibliográficas.

---

## INTRODUÇÃO

É fato, que o Globo deixou de ser uma figura astronômica e se tornou no lugar em todos estão ligados e conectados, não importando a distância. Tudo graças à comunicação instantânea da informação, a cultura universal de estilos e experiências, o alcance mundial de mercados e mercadorias, os produtos compostos de partes oriundas de diferentes continentes.

No entanto, quanto a configuração desse fatídico não existe consenso. Por isso, no primeiro capítulo, abordar-se-á as metáforas que surgiram, principalmente nas Ciências Sociais, para retratar tal realidade, de forma, a atinar a que mais se encaixa na questão laboral.

Num segundo momento, retratada a realidade que mais se encaixa da questão laboral, procurar-se-á analisar a Sociedade consequente da conjuntura social.

Por último, o valor trabalho seja consubstanciado, principalmente, os seus resultados à saúde do trabalhador que está sujeito às pressões, não, mais, somente internas, mas, também, de mercados externos.

O método de pesquisa utilizado foi, basicamente, a consulta bibliográfica da doutrina jurídica brasileira e estrangeira.

## 1. AS POSSÍVEIS ANALOGIAS COM A PALAVRA GLOBALIZAÇÃO

O que surpreende, encanta e atemoriza é a serendipidade de que a terra se tornou mundo. O globo não é apenas uma figura astronômica, e sim o lugar no qual todos estão acolherados e ligados, de acordo com Raymond Grew (1993, p. 228):

Poucas afirmações provocam tão pequenas controvérsias como a de que os seres humanos estão hoje em contato uns com os outros em todo o mundo como nunca na história. A lista de exemplos tornou-se uma litania: a comunicação instantânea da informação, a cultura universal de estilos e experiências, o alcance mundial de mercados e mercadorias, os produtos compostos de partes oriundas de diferentes

continentes. E a referência à aldeia global tornou-se um clichê que poucos contestam (tradução nossa).

O centro do mundo não é mais o indivíduo, mesmo que as conquistas da modernidade na questão da autonomia foram fundamentais para que o indivíduo deixasse sua condição de tutela e adquirisse a capacidade de não ser um mero sujeito passivo frente à sociedade, mas sim que seu papel tivesse muito mais significado, como um sujeito crítico e responsável por suas decisões (ROCHA, 2014, p. 1051). Por outro lado, gerou, com isso, sérios transtornos e desigualdades em nossa sociedade, provocando certo enfraquecimento nas relações humanas.

Tanto que, a realidade social, ou o “objeto” das ciências sociais, revela-se diferente, novo ou surpreendente.

Revela-se simultaneamente mundial, nacional, regional e local, sem esquecer o tribal. Muito do que é particular revela-se também geral. O indivíduo e a coletividade constituem-se na trama das formas de sociabilidade e no jogo das forças sociais em desenvolvimento em âmbito global. Muito do que pode ser identidade e alteridade, nação e nacionalidade, ocidental e oriental, cristão e islâmico, africano e indígena ou soberania e hegemonia revela-se constitutivo das formas de sociabilidade e do jogo das forças sociais que se desenvolvem em âmbito simultaneamente global, regional, nacional, tribal e local. Nesse sentido é que a globalização, a globalidade ou o globalismo se constitui como um objeto diferente, novo ou surpreendente das ciências sociais (IANNI, 2008, p. 4).

Com isso, automaticamente, a tese do isolamento da política vem perdendo sua força, porque o globo não é mais “exclusivamente um conglomerado de nações, sociedades nacionais, Estados-Nações, em suas relações de interdependência, dependência, colonialismo, imperialismo, bilateralismo, multilateralismo” (IANNI, 2008, p. 13).

“A Terra mundializou-se de tal maneira que o globo deixou de ser uma figura astronômica para adquirir mais plenamente sua significação histórica” (IANNI, 2008, p. 13). Diante dessa realidade que encanta e atemoriza, ao mesmo tempo, a imaginação, na tentativa de dar conta do que está ocorrendo, junta-se à reflexão, multiplicando as metáforas, imagens, figuras, parábolas e alegorias.

Há metáforas, bem como expressões descritivas e interpretativas fundamentadas, que circulam combinadamente pela bibliografia sobre a globalização: “economia-mundo”, “sistema-mundo”, shopping center global”, “Disneylândia global”, “nova visão internacional do trabalho”, “moeda global”, “cidade global”, “capitalismo global”, “mundo sem fronteiras”, “tecnocosmos”, “planeta Terra”, “desterritorialização”, “miniaturização”, “hegemonia global”, “fim da geografia”, “fim da história”. Em parte, cada uma dessas e outras formas formulações abre problemas específicos também relevantes (IANNI, 2008, p. 13).

No entanto, assim como Ianni, reconhece-se que é possível que vários desses aspectos sejam contemplados por metáforas como “aldeia global”, “cidade global”, “nave espacial”, “nova babel”, “fábrica global”, entre outras.

Na “aldeia global”, a técnica, ou eletrônica, acarreta a organização, o funcionamento e a mudança da vida social. “Em pouco tempo, as províncias, nações e regiões, bem como culturas e civilizações, são atravessadas e articuladas pelos sistemas de informação, comunicação e fabulação agilizados pela eletrônica” (IANNI, 2008, p. 13).

Na aldeia global, além das mercadorias convencionais, sob formas antigas e atuais, empacotam-se e vendem-se informações. Estas são fabricadas como mercadorias e comercializadas em escala mundial. As informações, os entretenimentos e as ideias são produzidos, comercializados e consumidos como mercadorias (IANNI, 2008, p. 13).

Porém, para Gaëtan Tremblay (2003, p. 16), a metáfora da aldeia não se encaixa para invocar o aumento da interdependência do mundo pelo menos por duas boas razões.

Primeiro, a imagem da aldeia não dá conta do processo em curso, porque as redes de troca e de comunicação religam sobre tudo às cidades e não as aldeias. A globalização é, antes de mais nada, o negócio das grandes cidades do planeta. Os habitantes das aldeias e dos campos são pouco integrados ou deixados de lado. A segunda razão, ainda mais fundamental, já que a da metáfora da aldeia me parece inadequada, deixa entender que a interdependência seria, na aldeia, maior do que em uma cidade.

Ao analisar, por esse ponto, conclui-se que, apesar da metáfora envolver a ideia de comunidade mundial, mundo sem fronteiras, é

[...] o contrário que é verdadeiro, pois nós sabemos, desde os primeiros trabalhos dos pioneiros da sociologia e da economia política, que quanto mais a divisão do trabalho é elaborada em uma coletividade maior é a interdependência entre os seus membros. Não se faz necessário utilizar-se de um longo argumento para demonstrar que a divisão do trabalho é infinitamente mais complexa em uma grande cidade do que em uma aldeia. O cidadão é muito mais dependente dos seus semelhantes do que um camponês. Ele não os conhece pessoalmente, ao contrário do camponês que pode chamar praticamente todos os habitantes da sua campanha pelo seu nome. Mas isso é uma outra coisa. (TREMBLAY, 2003, p. 16).

Além da “aldeia global”, Ianni também cita a “cidade global” como uma metáfora, para melhor ilustrar e englobar as transformações que a globalização ocasiona. Todavia, Mônica de Carvalho (2000, p. 71) que melhor explica o conceito de “cidade global”, inclusive a sua origem.

A origem do conceito de cidade global está diretamente relacionada aos impactos causados sobre as metrópoles do Primeiro Mundo pelo processo de globalização da economia, desencadeado a partir do final dos anos 70. As transformações na economia mundial teriam conduzido a uma crise da centralidade econômica daquelas metrópoles que perderam o controle sobre as atividades industriais, porque as empresas por elas responsáveis, favorecidas pelo desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação e informação, passaram a dispor de maior flexibilidade para escolher os lugares de menor custo para suas sedes. A crise fiscal consequente, o aumento do desemprego, a ausência de solução para os problemas urbanos agora acrescidos, somaram-se aos demais como ingredientes preocupantes que colocavam em xeque o futuro das metrópoles. Paralelamente ao diagnóstico da crise, identificava-se uma mudança no perfil das metrópoles que, em substituição às atividades industriais, passavam a sediar empresas de prestação de serviços altamente especializados, ligados em sua maioria ao setor financeiro e da informação e de origem quase sempre transnacional. Se, por um lado, as metrópoles pareciam caminhar para um futuro incerto, por outro, readquiriam importância estratégica como locais destinados ao setor terciário, acompanhando a mudança de direção da economia mundial. Não se tratava, portanto, da perda de sua centralidade econômica, mas de sua ressignificação no interior do sistema produtivo internacional. Essas metrópoles assim ressignificadas se passou a chamar de cidade global.

Eduardo Marques e Haroldo Torres (2000, p. 140) definem os atributos presentes para a configuração de uma “cidade global”. São eles: “desindustrialização, localização de sedes de empresas multinacionais, aumento de serviços produtivos e mercados financeiros, concentração de atividades de comando de negócios etc.”.

Apesar das cidades serem as mais afetadas com o processo de globalização, outros setores também sofreram transformações. “A tecnificação das relações sociais, em todos os níveis universaliza-se”. Ao mesmo tempo em que se dá o desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo no mundo, “generaliza-se a racionalidade formal e real inerente ao modo de operação do mercado, da empresa, do aparelho estatal, do capital, da administração das coisas, de gentes e ideias” (IANNI, 2008, p. 21).

Percebe-se a influência da globalização em todos os setores, desde o mercado até as ideias, todos estão sujeitos a “sucessão de perplexidades, reconhecendo a impossibilidade de desvendar o porvir” (IANNI, 2008, p. 20), como se todos estivesse numa “nave espacial”, com o destino desconhecido.

Na metáfora da “nave espacial”, a “magia da nave espacial vem junto com o destino desconhecido. O deslumbramento da travessia traz consigo a tensão do que pode ser impossível” (IANNI, 2008, p. 19).

O destino desconhecido, segundo Sachs (2014, p. 463), surgiu com a entrada do antropocentrismo, visto como uma perturbação sem precedentes na longa história da evolução entre nossa espécie e a biosfera na medida em que é ao mesmo tempo a idade de ouro

marcado por grandes descobertas, o progresso científico, a democracia, o prolongamento da vida humana e da era da cegueira.

O mínimo que podemos dizer é que devemos respeitar o princípio de responsabilidade, conforme Sachs, cujo primeiro rompimento ocorreu cerca de doze mil anos atrás e tem sido conhecido como a revolução neolítica, marcada pela domesticação de várias espécies vegetais e animais, a sedentarização dos assentamentos humanos e os primórdios da urbanização. O segundo, reconhecido *a posteriori* como o ponto de partida do antropocentrismo, foi desencadeada pelas fantásticas mudanças trazidas pela revolução industrial, em termos de crescimento demográfico, o progresso científico e técnico, para o bem e o mal, duas guerras mundiais e grandes convulsões em o cenário geopolítico, a partir da idade colonial para a emancipação do Terceiro Mundo, a que devemos acrescentar a ascensão e queda da União Soviética (SACHS, 2014, p. 463).

A metáfora da “torre de babel” encontra-se dentro da “nave espacial”. O nome “torre de babel” é utilizado num episódio narrado na Bíblia.

Naquele tempo todos os povos falavam uma língua só, todos usavam as mesmas palavras. Alguns partiram do Oriente e chegaram a uma planície em Sinar, onde ficaram morando. Um dia disseram uns aos outros: - Vamos, pessoal! Vamos fazer tijolos queimados! Assim, eles tinham tijolos para construir, em vez de pedras, e usavam piche, em vez de massa de pedreiro. Aí disseram: - Agora vamos construir uma cidade que tenha uma torre que chegue até o céu. Assim ficaremos famosos e não seremos espalhados pelo mundo inteiro. Então o Senhor desceu para ver a cidade a torre que aquela gente estava construindo. O Senhor disse assim: - Essa gente é um povo só, e todos falam uma só língua. Isso que eles estão fazendo é apenas o começo. Logo serão capazes de fazer o que quiserem. Vamos descer e atrapalhar a língua que eles falam, a fim de que um não entenda o que o outro está dizendo. Assim, o Senhor os espalhou para o mundo inteiro, e eles pararam de construir a cidade. A cidade recebeu o nome de Babel, pois ali o Senhor atrapalhou a língua falada por todos os moradores da terra e dali os espalhou pelo mundo inteiro. (Gn 11: 1-9).

Ocorre que, a modernidade que se desenvolve no século XX, prenunciando o XXI, é representado, muito bem, pela metáfora da “torre de babel”.

A Babel escondida no emblema da nave espacial pode revelar ainda mais nitidamente o que há de trágico no modo pelo qual se dá a globalização. Nesta altura da história, paradoxalmente, todos se entendem. Há até mesmo uma língua comum, universal, que permite um mínimo de comunicação entre todos. A despeito das diversidades civilizatórias, culturais, religiosas, linguísticas, históricas e filosóficas, científicas, artísticas e outras, o inglês tem sido adotado como a vulgata da globalização. Nos quatro cantos do mundo, esse idioma está no mercado e na mercadoria, na imprensa e na eletrônica, na prática e no pensamento, na nostalgia e na utopia. É o idioma do mercado universal, do intelectual cosmopolita, da epistemologia escondida no computador do Prometeu eletrônico (IANNI, 2008, p. 22).

Por ser um idioma do mercado universal, segundo Renato Cordeiro Gomes, a moda cosmopolita pode ser, metaforicamente, visualizada pelo mito bíblico babélico.

“Babel do século XXI” é o tema da São Paulo Fashion Week, realizada em janeiro de 2008. [...]O tema, que direcionou a cenografia, certamente tem a ver com a moda mundializada de uma economia globalizada, que tenta minimizar as tensões com o local. [...]transformada pela Revolução Industrial e ocupada pela multidão, e a moda ganhou sua feição moderna para atender aos novos consumidores. Desde aí moda e consumo deram-se os braços e foram ganhando os templos das mercadorias, desde as galerias de vidro e ferro, os grandes magazines, as lojas de departamento, até os shopping-centers pós-modernos: são versões sucessivas de um mundo babélico e labiríntico, sem dúvida, unindo o recente contemporâneo (de cada momento histórico) e os resíduos do mito arcaico, evocado para nomear o que se quer sempre novo, essa categoria moderna, de que nem o pós-moderno consegue se desvencilhar.(GOMES, 2008, p. 3).

A confusão ocorrida na história bíblica, na verdade, se dissolve. Um idioma universal, disseminado pela eletrônica, que une todos, mesmo de lugares longínquos, concatena a construção de uma nova “babel”, que é a forma com que se dá a globalização.

A partir do momento em que ocorreu a Revolução Industrial e o êxodo da população para as Cidades, para residirem perto do local de trabalho, que houve essa aglomeração humana. Ocorre que, os objetivos atuais dessa aglomeração não são iguais ao narrado no trecho bíblico.

No trecho bíblico eles se unem com um objetivo único, ficarem juntos e não se espalharem pelo mundo inteiro. Ao passo que, na Revolução Industrial, o indivíduo busca o trabalho para se manter e consumir, conseqüentemente, acaba encontrando outros, na mesma situação. Quando as condições de trabalho, por exemplo, pioram, é que eles se unem para combatê-las.

Percebe-se que tudo gira em torno do capital, assim, a metáfora que mais se adequa ao presente estudo, não seria outra melhor, do que a “Fábrica Global”.

A “Fábrica Global sugere uma transformação quantitativa e qualitativa do capitalismo além de todas as fronteiras, subsumindo formal ou realmente todas as outras formas de organização social e técnica do trabalho, da produção e reprodução ampliada do capital” (IANNI, 2008, p. 8). Todo Estado - Nacional torna-se hospedeiro dessa economia global.

O modo capitalista de produção entra em uma época propriamente global, e não apenas internacional ou multinacional. Assim, o mercado, as forças produtivas, a nova divisão internacional do trabalho, a reprodução ampliada do capital

desenvolvem-se em escala mundial. Uma globalização que, progressiva e contraditoriamente, subsume real e formalmente outras e diversas formas de organização das forças produtivas, envolvendo produção material e espiritual.(IANNI, 2008, p. 8).

Segundo Afonso Fleury e Maria Tereza Leme Fleury, “o processo de globalização dos negócios está acelerando o ritmo de mudanças em termos de como a produção de bens e serviços está sendo projetada e implementada” (FLEURY, 2003, p. 130).

Após a concepção universalista e hegemônica de fábricas tayloristas-fordistas de grande escala, que também decaíram por não atenderem às novas exigências capitalistas de um mercado cada vez mais globalizado, surgindo o sistema Toyota, japonês, que constitui:

[...] constitui um conjunto de inovações organizacionais cuja importância é comparável ao que foram em suas épocas as inovações organizacionais trazidas pelo taylorismo e pelo fordismo.” O objetivo maior de seu método é produzir a baixos custos pequenas séries de produtos variados (NAVARRO, 2007, p. 18).

Não resta dúvida de que a realidade se configura numa “Fábrica Global”. Acompanhada pela publicidade, principalmente pela rede de computadores, a “Fábrica Global” rompe as fronteiras, acelera os mercados, generaliza o consumismo.

O fenômeno que viabilizará o surgimento dessa “Fábrica Global”, em que os indivíduos e as coletividades, compreendendo povos, tribos, nações e nacionalidades ingressam consiste em quê, Globalismo, Globalidade ou Globalização? Este será o objeto do próximo tópico.

## **2. GLOBALISMO VERSUS GLOBALIZAÇÃO VERSUS GLOBALIDADE**

Dito, logo acima, que a sociedade atual está vivendo numa “Fábrica Global”, onde o processo “de globalização dos negócios está acelerando o ritmo de mudanças em termos de como a produção de bens e serviços está sendo projetada e implementada [...]” dentro das próprias empresas. Resta saber se a globalização, ou globalismo, ou globalidade são, ou não, uma configuração histórico-social no âmbito do qual se desenvolvem os indivíduos e a coletividade (FLEURY, 2003, p. 140).

Ulrich Beck diferencia a globalidade, da globalização, assim como do globalismo. Com relação a globalidade, “já vivemos há tempos em uma sociedade mundial, ao menos no sentido de que a ideia de espaços isolados se tornou fictícia” (BECK, 1999, p. 29).

A partir deste conceito, pode-se concluir que desde o momento em que os Estados-Nações descobriram que outras formas de riquezas existiam e poderiam ser exploradas, a globalidade já apontava.

Dessa forma, desde o mercantilismo, já vivia-se numa globalidade. Laura Valladão de Mattos (2007, p. 112) aponta como característica desse modelo “a identificação de riqueza com riqueza metálica, e a ideia de que para deter metais era preciso manter a Balança Comercial superavitária”.

[...] tornou-se necessariamente o grande objeto, [...] diminuir tanto quanto possível a importação de produtos externos para o consumo doméstico, e aumentar tanto quanto possível a exportação do produto da indústria doméstica. Seus dois grandes mecanismos para enriquecer um país, portanto, eram restrições sobre importações e incentivos às exportações (MATTOS, 2007, p. 112).

Ao incentivar as exportações, torna-se claro, que “a ideia de espaços isolados se tornou fictícia”, e que o contexto atual não se configura numa globalidade, já que desde o Século XV, ela é vivenciada.

Deste ponto em diante, nada que ocorra em nosso planeta será um fenômeno territorialmente delimitado, mas o oposto. As descobertas, triunfos e catástrofes afetam a todo o planeta, configurando, assim, a globalidade.

A interferência cruzada de atores transnacionais nos Estado-Nacionais, especificamente na sua soberania, sua identidade, suas redes de comunicação, suas chances de poder e suas orientações, configura um processo, dentro da globalidade, que Beck (1999, p. 30) denomina de globalização.

Para Zygmunt Bauman (1999, p. 8) a “globalização está na ordem do dia; uma palavra da moda que se transforma rapidamente em um lema, uma encantação trágica, uma senha capaz de abrir as portas de todos os mistérios presentes e futuros”.

Efetivamente, a globalização é uma *senha* que abrem os Estado-Nacionais para sofrerem uma interferência de atores transnacionais, confrontando com o objetivo para o qual foram criados, o fortalecimento interno e a proteção contra agentes externos.

Ressalte-se que a formação dos Estados nacionais foi um processo histórico lento e violento, no qual o Estado realiza esforços em direção à homogeneização da sociedade e as práticas sociais tornam-se cada vez mais padronizadas. Os indivíduos vão adquirindo uma identidade nacional e passam a legitimar a autoridade do Estado em troca de um status de cidadania (KOLINSKI, 2005, p.8).

Quem melhor aprofunda o estudo da origem dos Estados-Nacionais é Charles Tilly (1996, p. 45).

Cerca de 3.800 anos atrás, o governante de uma pequena cidade-estado da mesopotâmia conquistou todas as outras cidades-estados da região e transformou-as em vassallos de Marduc, o deus da sua cidade. Hamurábi, o soberano da Babilônia, tornou-se rei supremo da Mesopotâmia. Com a conquista, obteve o direito e a obrigação de estabelecer leis para todos os povos.[...] Apoiado num chamado divino, Hamurábi podia presunçosamente chamar de ‘maus’ e ‘iníquos’ aqueles que se opunham a seu domínio.

Os estados foram por mais de cinco mil anos as organizações mais extensas e mais poderosas do mundo. Lembre-se, que, por estado, entende-se como “aquelas organizações que aplicam coerção, distintas das famílias e dos grupos de parentesco que em alguns aspectos exercem prioridade manifesta sobre todas as outras organizações dentro de extensos territórios” (TILLY, 1996, p. 46).

No entanto, o termo estado nacional não quer dizer estado nação, um estado em que o povo possui uma forte identidade linguística, religiosa e simbólica, até porque se todos os povos que lutam por território separado os conseguissem, “o mundo passaria de 160 e tantos estados reconhecidos atualmente para milhares de entidades similares a estados, a maioria delas diminutas e economicamente inviáveis”. (TILLY, 1996, p. 46).

Foi, somente, nos últimos séculos que os estados nacionais pulularam o mapa do mundo com suas províncias equidistantes umas das outras, inclusive as colônias. E, a partir da Segunda Guerra Mundial, que estados nominalmente independentes, com governantes que reconhecem a existência recíproca e o direito de existência dos demais, se solidificaram.

Entretanto, uma segunda contracorrente se fortalece.

[...] surgiram para desafiar a soberania desses estados antagonistas poderosos: blocos de estados, como por exemplo, a OTAN, a Comunidade Econômica Europeia (CEE) ou a Associação de Livre Comércio (AELC), redes mundiais de negociantes de mercadorias raras e ilegais, como drogas e armas, e organizações financeiras, como as gigantescas companhias de petróleo. (TILLY, 1996, p. 48).

*Esses sinais*, afirma Tilly (1996, p 48), “indicam que os estados da forma como os conhecemos não durarão para sempre, e podem em breve instante perder a sua incrível hegemonia”. Tal hegemonia se dissipará com a globalização.

A globalização, portanto, é um processo que produz conexões e os espaços transnacionais e sociais, dando préstimo às culturas locais, ao mesmo tempo em que terceiras culturas entram em cena.

No entanto, pergunta-se, qual o alcance, ou, qual as fronteiras desse processo que interfere na soberania, na identidade, na rede de comunicação do Estados-Nacionais? O que tal processo traz de novo?

O que diferencia e consolida o processo de globalização é a extensão, a densidade e a estabilidade recíproca das redes relacionais regionais globais e sua autodefinição dos meios de comunicação de massa, bem do espaço social e das correntes icásticas nos domínios cultural, político, econômico e militar (BECK, 1999, p. 32).

A sociedade mundial não é, portanto, uma megassociedade nacional que reúne e dissolve todas as sociedades nacionais; representa um horizonte que se caracteriza pela multiplicidade e pela não-integração, e cujo caminho terá sido aberto quando ele for protegido e produzido pela comunicação e pela atividade (BECK, 1999, p. 37).

Os blocos de Estados que surgiram para desafiar a soberania desses estados antagonistas poderosos configuram as inovações: um novo modelo europeu de Estado; uma nova consciência desta transnacionalidade; nova emigração da comunidade, do trabalho e do capital; e, nova consciência global dos riscos ecológicos.

Conclui-se, Beck, que globalização significa “a negação do Estado Mundial. Especificamente, dizendo, sociedade mundial sem Estado Mundial e sem governo Mundial”. Difundindo-se um “capitalismo global desorganizado”, não predominando um poder ou regime internacional econômico.

Quanto a globalização significar “a negação de um Estado Mundial, com governo mundial”, não resta qualquer dúvida, até porque vivencia-se a saída de nacionalismos exacerbados, que para sobreviverem no processo globalizatório abrem suas fronteiras.

Nota-se, no fim do século XX, dentre as conjunturas difíceis as quais as nações e as nacionalidades encaram, destaca-se o contraponto nacionalismo, regionalismo e globalismo. Dando o alvitre de que o nacionalismo, regionalismo e globalismo não dá cabo à problemática mundial no fim do século XX.

Há outros dilemas que expressam aspectos também fundamentais dessa problemática. Entre outros, cabe mencionar os seguintes: raça, povo e nação; classe e casta; religião e política; militarismo e civilismo; centralismo e federalismo; centro e periferia; tradicional, moderno e pós-moderno; secularismo e fundamentalismo; tirania e democracia; democracia política e democracia política e social; fordismo, toyotismo e desemprego estrutural; migração, xenófoba, etnicismo e racismo, revolução e contrarrevolução; guerra e revolução; capitalismo e socialismo (IANNI, 2011, p. 1).

Mas, de maneira resumida, o contraponto nacionalismo, regionalismo e globalismo representam, ao mesmo tempo, o presente, a intensidade das heranças do passado, abrindo um caminho para o futuro.

Mesmo que o termo estado nacional não queira dizer estado nação, um estado em que o povo possui uma forte identidade linguística, religiosa e simbólica, no século vinte, o que prevalece é o esforço de cada uma e todas as nações da América Latina e Caribe elaborar um projeto nacional, com objetivo de emancipar e alcançar a soberania nacional, mesmo que em diferentes versões.

A rigor, o século vinte está permeado e atravessado de guerras e revoluções, golpes e contragolpes, revoltas e quarteladas, muitas vezes envolvendo incursões abertas ou encobertas do imperialismo norte-americano, inglês, alemão e francês, sem esquecer incursões italianas, japonesas ou outras. São crises, rupturas, retrocessos e retomadas desenhando trajetórias e ilusões político-econômicas e socioculturais; tendo-se em conta os jogos das forças sociais em âmbito interno e externo; compreendendo várias modalidades de projetos nacionais, ou nacionalismo, e imperialismos. (IANNI, 2014, p.18)

As economias primárias exportadoras transformam-se em economias baseadas na industrialização. As estruturas sociais, conseqüente e profundamente, também mudam. O legado em estruturas coloniais, de castas, começou a se dispersar, na verdade, mudam para uma estrutura de classes dinâmicas e presentes pelas diversas partes da sociedade.

Essa é, em parte, a história do cardenismo oriundo da Revolução Mexicana iniciada em 1910; do varguismo formado a partir da “Revolução de 1930” no Brasil, quando o Estado oligárquico sofre uma série de derrota; do peronismo, com o qual se articulam e desenvolvem as alianças e as propostas do capitalismo nacional formuladas ao fim da Segunda Guerra Mundial. Esses e outros nacionalismos, inspirados em projetos de capitalismo nacional, tornam-se realidades políticas fundamentais na América Latina, desde os anos trinta. Em sua fase inicial, devido aos êxitos desses nacionalismos, a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) esteve bastante comprometida com a ideia prática de capitalismo nacionais. (IANNI, 2014, p.19).

Os projetos nacionais se apresentam de duas maneiras: projetos de capitalismo nacional e projeto de socialismo nacional.

Os projetos de capitalismo nacional, se apoiaram em blocos de poderes emergentes, unindo setores burgueses, de classes médias, operários, camponeses e intelectuais, todos, em fase de formação, buscando modificações socioculturais e político-econômicas, antimperialistas, com foco nas novas perspectivas e afirmações de soberania, conquistas sociais e democratização.

Quanto aos projetos nacionais de cunho socialista, são baseados em forças sociais nos quais sobressaem setores populares, assim como compromissos e práticas políticas mais radicais.

Mais radicais em termos de planejamento econômico-social orientado a partir do poder estatal, redistribuição mais ampla dos produtos do trabalho coletivo, anti-imperialismo e luta contra os aliados internos do imperialismo. (IANNI, 2014, p.19).

Ocorre que, os projetos de capitalismo nacional e socialismo nacional suportam intensas deformações, sendo que vários são derrotados e destruídos, devido a contrarrevolução mundial sob o comando dos governantes do Estado Unidos, Europa Ocidental e do Japão, no campo da ação da Guerra Fria que começou em 1946 e terminou em 1989, com a derrubada do Muro de Berlim.

Durante a Guerra Fria, a América Latina e o Caribe, tanto quanto a África, Ásia e Oceania, sem esquecer da própria Europa Ocidental e os próprios Estados Unidos, pagaram um altíssimo preço, devido ao modo pelo qual principalmente os governantes norte-americanos conduziram a sua diplomacia total (IANNI, 2014, p. 19).

O capitalismo intensifica e aumenta o seu desenvolvimento, como dito, quando a Guerra Fria termina e o bloco soviético é extinto. Neste contexto, os espaços para o mercado mundial são essas nações.

O Estados nacionais, novamente, são pressionados, interna e externamente, a fazerem uma reestruturação, que envolve a desestatização da economia nacional, ao mesmo tempo, em que fomenta a privatização de empresas produtivas estatais e dos sistemas de saúde e educação.

[...] estaríamos passando por uma crise na noção de serviço público. Na realidade, o conceito não está sendo alterado, o que existe é uma pressão de sentido de diminuir o rol de serviços públicos ou mesmo acabar com esse tipo de atividade, especialmente quanto às de natureza econômica (DI PIETRO, 2014, p. 247).

Consequentemente, as empresas estatais e os serviços público foram privatizados, passando as atividades a serem consideradas de natureza privada, com a devolução das mesmas à livre iniciativa e a liberação de preços.

Com isso, os mercados se abrem, proporcionam-se as negociações e associações de corporações transnacionais com empresas nacionais. As palavras de ordem, neste contexto, são “mercado”, “produtividade”, “competitividade”. Os que mais sofrem com os prejuízos são os que necessitam vender sua força de trabalho para viver ou sobreviver, pois, os ganhos com

as conquistas sociais de diversas categorias operárias e os demais assalariados já foram ou estão sendo redefinidas, reduzidas ou mesmo eliminadas.

A destruição dos projetos do capitalismo nacional e do socialismo nacional são os fundamentos da reforma do Estado, o objetivo é formar um Estado Mínimo e determinar a formação de mercados emergentes. “Em lugar do projeto nacional, capitalista ou socialista, o projeto de capitalismo transnacional, transnacionalizado, administrado desde o alto e desde fora” (IANNI, 2014, p. 20).

Sim, a nação se transforma em mera província do capitalismo mundial, sem condições de realizar sua soberania e simultaneamente, sem que os setores sociais subalternos possam almejar a construção de hegemonias alternativas (IANNI, 2014, p. 20).

Desta maneira, conclui-se que o globalismo é uma configuração histórico-social. Várias configurações histórico-sociais são encontradas ao longo das histórias dos povos, tais como o feudalismo e o escravismo antigo, tanto quanto o mercantilismo, o colonialismo e o imperialismo, ou o capitalismo e o socialismo (IANNI, 2004, p. 183).

O globalismo, como uma configuração histórica-social, abarca as mais diversas formas sociais de vida e trabalho, porém, determina condições e possibilidades, impasses e perspectivas, dilemas e horizontes.

O globalismo pode ser visto como uma configuração histórico-social no âmbito da qual se movem os indivíduos e as coletividades, ou as nações e as nacionalidades, compreendendo grupos sociais, classes sociais, povos, tribos, clãs e etnias, com as suas formas sociais de vida e trabalho, com as suas instituições, os seus padrões e os seus valores, juntamente com as peculiaridades de cada coletividade, nação ou nacionalidade, com as suas tradições ou identidades, manifestam-se as configurações e os movimentos do globalismo (IANNI, 2004, p. 183).

O globalismo está solto pelo mundo, assim como as forças sociais, as controvérsias políticas, as opções econômicas e os movimentos da história. O globalismo significa a globalização do capitalismo, com início no século XX.

Como, há muitos anos, já vivencia-se uma globalidade, e que a globalização é um processo que produz conexões entre os espaços transnacionais e sociais, dando préstimo às culturas locais, ao mesmo tempo em que terceiras culturas entram em cena, o globalismo é produto e condição de múltiplos processos sociais, econômicos, políticos e culturais, da globalização.

Um complexo de forças, em diferentes níveis da realidade, em âmbito nacional, local, regional e mundial, com algumas delas surgindo com o nascimento do capitalismo, à

proporção que outras surgem com o colonialismo e o imperialismo, compreendendo a formação de monopólios, trustes, cartéis, corporações transnacionais, provirão no globalismo.

Há raízes do globalismo que vêm de longe, ao passo que outras emergem com a Guerra Fria e desenvolvem-se com a desagregação do bloco soviético e a dissolução ou reforma dos regimes socialistas, compreendendo os países da Europa Central, a União Soviética, a China Continental, o Vietnã, Moçambique, Angola e outros (IANNI, 2004, p. 184).

A base do globalismo é o capitalismo, ou melhor, a globalização do capitalismo. Em pouco tempo, rápido se percebe que o capitalismo se transformou num modo de produção global.

Está presente em todas as nações e nacionalidades, independentemente de seus regimes políticos e suas tradições culturais ou civilizatórias. Aos poucos, ou de repente, as forças produtivas e as relações de produção organizadas em moldes capitalistas generalizam-se por todo mundo (IANNI, 2004, p. 186).

Com isso, “as forças produtivas do capitalismo, tais como o capital, a tecnologia, a força de trabalho, a divisão do trabalho social, o mercado, o planejamento e a violência monopolizada pelo estado” (IANNI, 2004, p. 183), com as técnicas eletrônicas, tornou-se geral, em grande escala.

As empresas ou corporações transnacionais impulsionam todas essas forças, ultrapassando as fronteiras de qualquer estado nacional. A forma com que cada estado nacional é atingido, é diferente, por isso, o planejamento e a geoeconomia das transnacionais se impõe ou mesmo subordinam estados nacionais.

Os estados nacionais, com seus projetos nacionais, criaram um metabolismo entre o Estado e a sociedade civil. O globalismo rompe esse metabolismo com a adoção de projetos de capitalismo transnacionais, desagregando o Estado e sociedade civil.

A dissociação entre Estado e sociedade civil, conforme ocorre sob o neoliberalismo, torna o Estado muito mais comprometido com tudo o que é transnacional, mundial ou propriamente global, reduzindo-se o seu compromisso com as inquietações, reivindicações ou tendências dominantes na sociedade civil. Amplos setores da sociedade civil são desafiados a se situarem na lógica de um mercado, ou de mercados, nos quais a força e o predomínio das corporações transnacionais dificultam ou simplesmente anulam a capacidade de negociação de diferentes categorias de assalariados. Simultaneamente, os partidos políticos, os sindicatos e os movimentos sociais das classes e grupos sociais subalternos são colocados em desvantagem, por sua reduzida capacidade de se mobilizar recursos materiais e organizatórios para movimentar as reivindicações de amplos setores da sociedade. (IANNI, 2001, p. 6).

Para Ulrich Beck (1999, 2004), “a nova simplicidade do globalismo é compreendida como o império do mercado mundial e seu poder de penetrar e transformar todas as coisas”, inclusive os projetos nacionais, e, a relação entre Estado e Sociedade Civil.

Diante disso, Beck desvela as dez armadilhas do globalismo: metafísica do mercado mundial; o chamado livre comércio mundial; internacionalização da economia; dramaturgia do risco; ausência da política como revolução; o mito da linearidade; crítica do pensamento catastrofista; protecionismo preto; protecionismo verde; e, protecionismo vermelho.

Como dito acima, o globalismo tem como base o capitalismo, que, no contexto atual globalizou-se. Ocorre que, o globalismo, conforme Beck, reduz a nova complexidade da globalidade e da globalização a uma dimensão econômica, configurando a metafísica do mercado, primeira armadilha do globalismo (BECK, 1999, p. 205).

Todas as outras dimensões – globalização ecológica, glocalização cultural, política policêntrica, o surgimento de espaços e identidades transnacionais-, são, quando muito, tematizadas sob o domínio subordinador da globalização econômica (BECK, 1999, p. 205).

Com o globalismo, acreditou-se no surgimento de um livre comércio mundial, com uma economia globalizada que proporciona o bem-estar a todos com a erradicação da desigualdade social.

Contudo, na verdade, o que ocorre é o oposto. O desemprego em massa do chamado Terceiro Mundo e nos países europeus pós-comunistas obriga os governos destes países a elaborarem uma política econômica voltada para a exportação – em detrimento dos padrões sociais e ambientais. “Com salários reduzidos, condições de trabalho subumanas e com ‘zonas sem interferência sindical’ estes países concorrem entre si e com os países mais ricos do Ocidente pelo capital estrangeiro” (BECK, 1999, p. 205).

Não resta dúvida de que houve uma intensificação e generalização do processo de dispersão geográfica da produção, ou das forças produtivas, compreendendo capital, a tecnologia, a força de trabalho, a divisão do trabalho social, o planejamento e o mercado, entretanto, “o que se verifica é o fortalecimento das relações transnacionais de comércio e produção entre determinadas regiões e dentro delas – América, Ásia e Europa” (BECK, 1999, p. 205).

Desta forma não há uma globalização da economia, mas uma internacionalização pelas regiões da América, Ásia e Europa, desta economia. “A internacionalização tem-se difundido não somente pelos circuitos do capital mercadoria e do capital dinheiro, mas alcançou o seu estágio final, a internacionalização do capital produtivo (BECK, 1999, p. 205).

A quarta armadilha do globalismo corresponde ao risco ao conceder tal poder às empresas transnacionais que ameaçam e fomentam o medo, aterrorizam e acabam obrigando os adversários políticos e sindicais a fazer aquilo que, para impedir alguma coisa mais nociva, os investimentos exigem.

Portanto, o globalismo associa seu poder a uma ínfima parcela de fatos reais. Seu potencial emana muito mais da encenação da ameaça: o “poderia ser que” o “é necessário”, o “senão” assumem a função coordenadora (BECK, 1999, p. 205).

Defendem, piamente, que o avanço econômico sobrepuja as suas consequências sociais e ambientais, que muitas vezes são apenas encenadas, ao passo que, a realidade é totalmente contrária. “Para uma nação representa uma vantagem que ela possa comer o pão mais barato; mas não é este o caso quando ela o faz em sacrifício de gerações vindouras (BECK, 1999, p. 210).

Quanto a ausência de política como revolução, quinto *equivoco do globalismo*, justifica a apolítica do globalismo. Acredita-se num cumprimento das leis do mercado mundial, que – lamentavelmente – tornaram obrigatórias redução do Estado (social) e da democracia.

Equivoca-se, quem crê no globalismo como a efetivação de leis do mercado mundial que deverão sempre ser constantes. A globalização econômica “não é um mecanismo, não é automática; ela é na verdade um projeto político praticado, numa constante renovação, por atores transnacionais, instituições e coalizões”, como as empresas multinacionais, por exemplo.

As empresas multinacionais atravessam as antigas barreiras propostas pelos Estados-Nacionais levando, por toda parte, música, refeições velozes – MTV, MacIntosh e McDonald’s . Entrementes, o termo local sofre suma nova ressignificação, surgindo espaços e paisagens, segundo Beck, transnacionais, translocais:

- o boom do turismo;
- a formação de universos restritos a especialistas que não mantêm vínculos com praticamente nenhum local;
- o crescente número de instituições, agências, grupos e movimentos internacionais que se veem misturados em todas as circunstâncias possíveis e impossíveis;
- a imposição de um número restrito de línguas reconhecidas (inglês, espanhol) (BECK, 1999, p. 214) .

O local, anteriormente desconhecido torna-se objeto de curiosidade e inquietações. Como a globalização enfatiza que tudo e todos estão interligados, graças ao sistema da informação, hoje, estrangeiros podem participar de “confrontos entre insurgentes e as forças

do ditador Bashar Assad”, um conflito local (BECK, 1999, p. 215). Derroca-se, portanto, o mito da linearidade, onde pregam a existência de uma cultura global.

No globalismo afirma-se que está ocorrendo uma crise ou catástrofe em virtude do desaparecimento do trabalho produtivo da sociedade industrial. Pois, segundo Hanna Arendt (2010, p. 383), “a atividade do trabalho foi promovida à mais alta posição na ordem hierárquica da vida ativa”.

Em termos metodológicos, isto significa: na transição da primeira para a segunda modernidade temos diante de nós uma metamorfose dos fundamentos, uma reconfiguração, o ingresso no mundo desconhecido da globalidade, e não uma “crise” ou uma catástrofe – se tomarmos o conceito de crise no seu significado mais essencial, ou seja, podemos retomar ao ‘status quo ante’, pressupondo-se uma vez que sejam adotadas as medidas corretas (BECK, 1999, p. 215).

Como “o globalismo neoliberal não espalha apenas o medo e o terror: ele semeia a paralisia política” (BECK, 1999, p. 216), os partidos políticos acabam adotando, crescentemente, argumentos protecionistas reagindo a este terrorismo.

O primeiro deles, o décimo equívoco do globalismo, destaca-se o protecionismo preto que engrandece o estado nacional e os seus valores (a família, a sociedade, a comunidade etc.), mas ao mesmo tempo, fomenta a dinâmica econômica que destrói estes mesmo valores conservadores.

O protecionismo verde corresponde ao segundo protecionismo que se forma contrapondo-se ao terrorismo do globalismo neoliberal. Protecionistas verdes reconhecem o Estado Nacional como um biótico que está extinguindo, assim como a natureza. Contra a coação mundial econômica utilizam a proteção do seu meio ambiente.

Como os desastres ambientais não respeitam as fronteiras dos Estados-Nacionais, um exemplo nítido seria o Desastre Nuclear de Fukushima,

Numa sexta-feira, 11 de março de 2011 às 14:46, horário local, um terremoto de magnitude 9,0 atingiu perto da costa leste de Honshu, o Japão, ocorrendo subsequentemente um tsunami que deixou FDNPS (Fukushima Daiichi Nuclear Power Station) da TEPCO (Tokyo Electric Power Company) sem AC/DC e isolada do seu dissipador de calor primário (Oceano). Por causa das inundações e perda do dissipador de calor, os EDGs (Emergency Diesel Generator) que refrigera a água do mar não foram suficientes. Mesmo que dois EDGs operassem refrigerando o ar, com a inundação das salas os equipamentos elétricos não conseguiram entregar eletricidade (ambos DC e AC) para os equipamentos de segurança (figura 2). Todo o poder onsite e offsite estava completamente perdido (DINIZ, 2014, p. 20).

O acidente e suas consequências não ficou restrito à circunscrição de seu território, o impacto radioativo do acidente de Fukushima ultrapassou as fronteiras, indo parar na Península Ibérica por meio de massas de ar transportadas pelo vento.

A partir do acidente, numa análise das trajetórias das massas de ar permitiram demonstrar que os níveis de concentração da atividade de radionucleotídeos artificiais, a sudoeste da Península Ibérica, vêm do acidente produzido na usina nuclear de Fukushima. O caminho seguido pela nuvem radioativa de Fukushima em Huelva (sudoeste da Península Ibérica) foi deduzido por meio da análise das trajetórias, e este fato também foi verificado pelas concentrações das atividades medidas destes radionucleotídeos relatado em lugares atravessados por esta nuvem radioativa. Na verdade, as concentrações de atividade, em vários lugares do Japão, Oceano Pacífico e Estados Unidos da América estão de acordo com os esperados a partir da trajetória dessa massa de ar (DINIZ, 2014, p. 20).

Para responder aos esses desastres não poderia haver qualquer expectativa de resolvê-los em um globo fracionado do ponto de vista político e social. As questões ecológicas devem ser concebidas e respondidas como questões globais.

Por último, e, não menos importante, na verdade, o que mais interessa para esta pesquisa, encontra-se o protecionismo vermelho, décimo equívoco do globalismo. Com a globalização do capitalismo outras perspectivas e desafios para o mundo do trabalho e o sindicalismo surgem.

Com o globalismo a relação entre o Estado e a sociedade civil se enfraquece, o que provoca uma anomalia com sérias implicações práticas e teóricas. O Estado se compromete com tudo que é transnacional, mundial ou propriamente global, reduzindo-se o seu compromisso com as inquietações, reivindicações ou tendências dominantes na sociedade civil.

Com isso os setores da sociedade civil são provocados a encontrarem um lugar no mercado, que dificulta ou simplesmente anula a sua capacidade de negociação de diversas categorias de assalariados.

O Estado encontra-se diante desta conjuntura difícil: “sem a redução dos custos sociais e dos custos salariais (indiretos), há o crescimento do número de desempregados; sem novos postos de trabalho, no entanto, todo o sistema de garantias sociais ameaça ruir”.

Aqui que entra os protecionistas vermelhos que

Retiram o pó das vestimentas da luta de classes para todas as ocasiões: a globalização para eles corresponde à expressão “tínhamos razão”. Festejam uma “ressureição” do marxismo (BECK, 1999, p. 219).

De certa forma, eles tinham razão. Karl Marx e Frederich Engels já afirmara que a burguesia, que substituiu o feudalismo, durante seu domínio de classes, apenas secular, criou forças produtivas mais numerosas e mais colossais que todas as gerações passadas em conjunto.

E hoje, percebe-se o que ele afirmara

[...]as relações burguesas de produção e de troca, o regime burguês de propriedade, a sociedade burguesa moderna, que conjurou gigantescos meios de produção e de troca, assemelha-se se ao feiticeiro que já não pode controlar as potências infernais que pôs em movimento com suas palavras mágicas (MARX, 2014, p. 15).

É esta, tão somente, a mais pura realidade. O mundo transformou-se, na prática, em uma imensa e complexa fábrica global, representa não só a reprodução ampliada do capital em escala global, abrangendo a difusão das forças produtivas, mas faz conhecer também, a globalização das relações de produção.

Com a expansão das transnacionais pelo globo uma nova divisão internacional do trabalho, que envolve o fordismo, o neofordismo, o toyotismo, a flexibilização e a terceirização, tudo isso amplamente agilizado e generalizado com base nas técnicas eletrônicas, surge, efetivando a globalização do capitalismo, em termos geográficos e históricos.

Beck acredita numa progressão dessa nova divisão internacional do trabalho. “No lugar da figura social do trabalhador e do operário como adversários do capitalista e do empregador, coloca-se, de um lado a figura central do trabalhador autônomo, e de outro, a do empresário público” (BECK, 1999, p. 260).

O capitalismo inicial se firmou como exploração do trabalho; o de hoje se apoia na exploração da responsabilidade. Antigamente, os trabalhadores tinham que construir juntos o objetivo do trabalho; hoje, eles tem que construir o resultado do negócio. Antes, eles tinham apenas que trabalhar juntos, agora eles participam nos planos e nos riscos. Antes, eles estavam subordinados ao processo de produção como uma peça de engrenagem; agora, o processo de produção é subordinado ao seu engajamento. A sempre precária exploração alheia, que gera resistência, é substituída pela auto exploração sem limites. Por toda a parte, os grandes empresários dividiram as instâncias internas, para demonstrar o poder de decisão e redistribuir os líderes existentes. Não se trata apenas de construir unidades descentralizadas de lucro; mesmo os grupos isolados de trabalho não têm mais que explicar seu plano de trabalho, mas sim seu desempenho econômico (BECK, 1999, p. 261).

Subjugado pelo desemprego, pela necessidade de sobrevivência ou até mesmo pelo consumismo o trabalhador se sujeita a qualquer forma de exploração de seu trabalho, sem se preocupar com a sua saúde física, muito menos a mental.

Neste contexto, da globalização, que se encontra o trabalhador e o seu ambiente do trabalho. Resta saber em qual sociedade encontram-se todos os trabalhadores e como fica a valorização do seu trabalho.

### 3. O VALOR TRABALHO NA SOCIEDADE DE RISCO

“Uma marca distintiva essencial entre a primeira e a segunda modernidade é a irreversibilidade do surgimento da globalização (BECK, 1999, p. 30) A globalização foi o divisor do contexto histórico da humanidade, no entanto, várias são as controvérsias quanto a identificação deste contexto histórico.

Num primeiro momento salutar, destaca-se, que, anteriormente a sociedade vivia o feudalismo, durante a Idade Média, que se dividia nos seguintes segmentos sociais: senhores, vassallos, mestres, companheiros, servos (MARX, 2014, p. 7).

A sociedade feudal dividia-se em estamentos, isto é, formada por classes estagnadas, em que era quase impossível a mudança de uma para a outra. As classes eram classificadas de acordo com a sua função específica como, por exemplo, uma sociedade formada por aqueles que lutam (nobres), aqueles que rezam (clero) e aqueles que trabalham (servos).

Os burgueses livres das primeiras cidades originaram-se dos servos da Idade Média; elementos da burguesia primário surgiram desta população municipal.

A descoberta da América, a circunavegação da África ofereceram à burguesia em assento um novo campo de ação. Os mercados da Índia e da China, a colonização da América, o comércio colonial, o incremento dos meios de troca e, em geral, das mercadorias imprimiram impulso, desconhecido até então, ao comércio, à indústria, à navegação, e, por conseguinte, desenvolveram rapidamente o elemento revolucionário da sociedade feudal em decomposição (MARX, 2014, p. 8).

A abertura de novos mercados trouxe à tona, a necessidade de aumentar a produção que, somente as corporações fechadas não atenderiam, por isso, a manufatura surgiu. Os mestres das corporações são substituídos pela pequena burguesia industrial; “a divisão do trabalho entre as diferentes corporações desapareceu diante da divisão do trabalho dentro da própria oficina” (MARX, 2014, p. 9).

Adentra-se, portanto, na Modernidade, que, segundo Anthony Giddens (1991, p. 11), “refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência.”

Ao contrário de Anthony Giddens, Perry Anderson (1999, p. 9) afirma que a origem da modernidade se deu na América Hispânica. “A criação do termo modernismo veio para designar um movimento estético a uma poeta nicaraguense que escrevia num periódico guatemalteco sobre um embate literário no Peru”

[...] uma corrente que levou o nome de modernismo inspirou-se em várias escolas francesas – romântica, parnasiana, simbolista – para fazer uma “declaração de

independência cultural” face à Espanha, que desencadeou naquela década um movimento de emancipação das próprias letras espanholas em relação ao passado. Enquanto em inglês a noção de “modernismo” só passou ao uso geral meio século depois, em espanhol já integrava o cânone da geração anterior (ANDERSON, 1999, p. 9).

A Modernidade trouxe modos de vida desprendidos de todos os tipos tradicionais de ordem nacional. Os períodos precedentes não provocaram mudanças tão significativas, quanto as transformações ocorridas com a Modernidade.

Sobre o plano extensional, elas serviram para estabelecer formas de interconexão social que cobrem o globo; em termos intencionais, elas vieram a alterar algumas das mais íntimas e pessoais características de nossa existência cotidiana. [...] Mas as mudanças ocorridas durante os últimos três ou quatro séculos – um diminuto período de tempo histórico-foram tão dramáticas e tão abrangentes em seu impacto que dispomos apenas de ajuda limitada de nosso conhecimento de períodos precedentes de transição na tentativa de interpretá-las (GIDDENS, 1991, p. 11).

As instituições sociais modernas se diferem das ordens sociais tradicionais, envolvendo várias características, dentre elas, destaca-se, “o ritmo de mudança nítido que a era da modernidade põe em movimento” (GIDDENS, 1991, p. 15). Devido à tecnologia, a velocidade em que as mudanças ocorrem na modernidade é extrema e mais dinâmica que outros sistemas pré-modernos, bem como, o motivo que as impulsionam são as transformações sociais que penetram “virtualmente toda a superfície da Terra”.

Por último, a “natureza intrínseca das instituições modernas”, que em tudo diferem das intuições dos períodos históricos precedentes, configuram a terceira característica.

Algumas formas sociais modernas simplesmente não se encontram em períodos históricos precedentes- tais como o sistema político do estado nação, a dependência por atacado da produção de fontes de energia inanimadas, ou a completa transformação em mercadoria de produtos e trabalho assalariado (GIDDENS, 1991, p. 16).

Essas novas instituições modernas que se difundiram globalmente, para os seres humanos, deram o ensejo de desfrutarem de uma vida segura e satisfatória que qualquer tipo de sistema pré-moderno. “Mas a modernidade tem também um lado sombrio, que se tornou muito aparente no século atual” (GIDDENS, 1991, p. 17).

Por exemplo, o uso do poder político, trouxe como benefício, os protótipos de desenvolvimento nacional, tais como a economia primária exportadora, industrialização substitutiva de importações, industrialização orientada para a exportação, revolução nacional ou revolução social, entre outras (IANNI, 2011, p. 5).

Em contrapartida, o lado sombrio, ilustra-se pelo uso estável do poder político, especificamente como demonstrado em episódios de totalitarismo. “Na esteira de ascensão do fascismo, do Holocausto, do stalinismo e de outros episódios da história do século XX”, pode perceber-se “que a possibilidade de totalitarismo é contida dentro dos parâmetros da modernidade ao invés de ser por eles excluída” (GIDDENS, 1991, p. 17).

Conforme o tema da presente pesquisa, cita-se outro exemplo, ligado ao modo de produção e ao capital trabalho. A organização feudal da indústria delimitada pelas corporações fechadas, não satisfaziam às exigências da abertura de mercados novos.

Com isso, a pequena burguesia industrial superou os mestres das corporações, conseqüentemente, a divisão do trabalho deixa de ser entre as diferentes corporações, para ser dentro da própria oficina.

O consumo das mercadorias cresceu, fazendo com que os mercados se ampliasse cada vez mais. O vapor e a maquinaria revolucionaram a produção industrial, enquanto a manufatura torna-se diminuta. “A grande indústria moderna suplantou a manufatura; a média burguesia manufatureira cedeu lugar aos milionários da indústria, aos chefes de verdadeiros exércitos industriais, aos burgueses modernos” (MARX, 2014, p. 9).

Com a conquista do poder a burguesia “fez da dignidade pessoal um simples valor de troca; substituiu as numerosas liberdades, conquistadas com tanto esforço, pela única e implacável liberdade de comércio.” (MARX, 2014, p. 11).

A burguesia despojou de sua auréola todas as atividades até então reputadas veneráveis e encaradas com piedoso respeito. Do médico, do jurista, do sacerdote, do poeta, do sábio fez seus servidores assalariados (MARX, 2014, p. 11).

O “trabalho industrial moderno tinha conseqüências degradantes, submetendo muito seres humanos à disciplina de um labor maçante, repetitivo (GIDDENS, 1991, p. 17). Para atenderem às exigências desses novos mercados, não se preocupavam, de maneira alguma, com a saúde do trabalhador, com as suas relações sociais e, muito menos, com o meio ambiente.

[...] não se chegou a prever que o desenvolvimento das “forças de produção” teria um potencial destrutivo de larga escala em relação ao meio ambiente material. Preocupações ecológicas nunca tiveram muito espaço nas tradições de pensamento incorporadas na sociologia, e não é surpreendente que os sociólogos hoje encontrem dificuldade em desenvolver uma avaliação sistemática delas (GIDDENS, 1991, p. 17).

O que impera é a ciência, mas a tecnologia também contribuiu, “a máquina tornou-se a palavra-chave para a tecnologia moderna”, que arregimenta os trabalhadores e transforma as tarefas em funções integradas (SHINN, 2008, p. 47)

Na pós-modernidade atual, inverte-se, a tecnologia é superior.

[...] o tempo da ciência está definindo devido à falta de confiança em seu domínio. A ciência produziu incontáveis desastres. A fé pública na ciência está abalada. Além disso, a ciência está moldada em uma lógica de disciplinaridade acadêmica, em fronteiras entre universidade e empresa, na certeza epistemológica, na linearidade, no determinismo e universalidade etc., os quais não estão no mesmo passo que a descrença, o ceticismo, a complexidade, o caos e a não-linearidade da pós-modernidade (SHINN, 2008, p. 49).

A superioridade da ciência decaiu por causa da sua utilização para destruir tanto humanos, como no caso da bomba atômica, em 1945, e para a produção de bens de consumo que aumentaram a deterioração ambiental. Segundo Terry Shinn a primazia da pós-modernidade na cultura, ocorreu, aproximadamente, neste período (SHINN, 2008, p. 49).

Não há que se negar que com a bomba atômica, em 1945, toda a sociedade questionou a ciência, já que não estava preocupada com a própria vida humana, mas não há que se falar no surgimento na pós-modernidade.

Com a passagem da sociedade tradicional, agrária e estamental, século XIX, para a sociedade industrial fala-se em modernização. Mas, na virada do século XXI, com a modernização que extirpou a sociedade tradicional, consumindo-a, torna-se a situação problemática.

Se no século XIX foram os privilégios estamentais e as imagens religiosas do mundo que passaram por um desencantamento, hoje é o entendimento científico e tecnológico da sociedade industrial clássica que passa pelo mesmo processo – as formas de vida e de trabalho na família nuclear e na profissão os papéis-modelo de homens e mulher etc. (BECK, 2010, p. 3).

Ulrick Bech (2010, p. 3) denomina “modernidade simples”, a modernização da sociedade tradicional e estamental, e, a modernização da sociedade industrial de “modernidade reflexiva”. Na modernidade reflexiva, que melhor traduz o cenário atual, por isso, será adotado nesta pesquisa, questiona a ciência, a tecnologia, o progresso, os novos movimentos sociais.

Na “modernidade simples” presencia-se a sociedade industrial que “é definida como sociedade de grandes grupos, no sentido de uma sociedade de classes e camadas sociais, e isso ontem, hoje e para todo o sempre” (BECK, 2010, p. 16).

Junto com a sociedade industrial, a convivência é normatizada e padronizada segundo o modelo da família nuclear. Por outro lado, a família nuclear se apoia em alocações “estamentais” de posições de gênero para homens e mulheres, algo que se fragiliza justamente na continuidade dos processos de modernização (integração das mulheres na educação e no mercado de trabalho, cifras crescentes de divórcio etc.) Desse modo, porém, a relação entre produção e reprodução começa a se mover, assim como tudo o mais que se encontra vinculado à “tradição da família nuclear” industrial: casamento, paternidade, sexualidade, amor etc. (BECK, 2010, p. 16).

Enquanto na “modernidade reflexiva”, inicia-se uma “sociedade do risco”, cujo foco são os riscos e feitos da modernização que ameaçam a vida das plantas, animais e seres humanos. Tais riscos não são limitados por fronteiras geográficas ou atingem um grupo específico. Ao revés, com a globalização, se estende à produção e reprodução, assim, como, ultrapassa fronteiras nacionais, tornando uma ameaça global supranacional e independente de classe.

Na “sociedade industrial” riquezas são produzidas, enquanto, na sociedade do risco, os riscos são produzidos.

A avaliação é a seguinte: enquanto na sociedade industrial a lógica da produção de riqueza domina a lógica da produção de riscos, na sociedade de risco essa relação se inverte (Primeira Parte). Na reflexividade dos processos de modernização, as forças produtivas perderam sua inocência. O acúmulo de poder do “progresso” tecnológico-econômico é cada vez mais ofuscado pela produção dos riscos (BECK, 2010, p. 16).

A “modernidade reflexiva” possui grande relevância, segundo Ulrich Beck (1997, p. 7), entre ele, Anthony Giddens e Scott Lash. “A reflexividade - embora compreendida de maneiras muito diferentes em cada um dos três autores - é um dos temas mais importantes”.

Quanto ao trabalhador, a sociedade industrial era pensada segundo as categorias da sociedade do trabalho assalariado. Na sociedade de risco há flexibilizações da jornada e do local de trabalho diluem as fronteiras entre trabalho e ócio. Setores, empresas e consumidores são reconectados pela microeletrônica, em detrimento do setor produtivo.

Dessa forma, porém, as atuais premissas jurídicas e sociais do sistema empregatício são “modernizadas até desaparecerem”: o desemprego em massa é “integrado” ao sistema empregatício sob as formas novas de “subemprego plural” – com todos os riscos e oportunidades implicados (BECK, 2010, p. 17).

O trabalhador ao estruturar toda a sua vida em torno da atividade laboral, inclusive, seus anseios, que se baseiam no consumismo de determinado produto, estabelecido pela mídia, se submete a qualquer situação degradante para não perder sua única forma de subsistência.

O empregador, com essa poderosa arma em mãos, deleita-se e aproveita. Para garantir seu lucro máximo, exige do trabalhador jornadas que o acompanham além das oito horas diárias.

## CONCLUSÃO

Não resta dúvida que a sociedade atual está vivendo numa “Fábrica Global”, onde o processo de globalização dos negócios está acelerando o ritmo de mudanças em termos de como a produção de bens e serviços está sendo projetada e implementada dentro das próprias empresas.

Ulrich Beck diferencia a globalidade, da globalização, assim como do globalismo. Com relação a globalidade, “já vivemos há tempos em uma sociedade mundial, ao menos no sentido de que a ideia de espaços isolados se tornou fictícia” (BECK, 1999, p. 29).

A globalização que viabilizará o surgimento dessa “Fábrica Global”, em que os indivíduos e as coletividades, compreendendo povos, tribos, nações e nacionalidades ingressam.

Neste contexto, da globalização, que se encontra o trabalhador e o seu ambiente do trabalho. Resta saber em qual sociedade encontram-se todos os trabalhadores e como fica a valorização do seu trabalho.

Conclui-se que os trabalhadores encontram-se imersos numa Sociedade de Risco. O trabalhador ao estruturar toda a sua vida em torno da atividade laboral, inclusive, seus anseios, que se baseiam no consumismo de determinado produto, estabelecido pela mídia, se submete a qualquer situação degradante para não perder sua única forma de subsistência.

Acabam trocando sua saúde e seu bem estar, bem valiosos, em troca de uma falsa alegria, ao se adquirir, este ou aquele produto, perecível, assim como sua saúde física e mental.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. **As origens da pós-modernidade**. Tradução de Marcus Penchel- Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução: Roberto Raposo. 11 ed. Rio de Janeiro: Forense Unversitária, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BECK, Ulrich. **O que é globalização?** Equívocos do globalismo: respostas à globalização. Tradução de André Carone. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. **Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Ed. 34, 2010.

\_\_\_\_\_. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna** / Ulrich Beck, Anthony Giddens, Scott Lash; tradução de Magda Lopes. - São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

CARVALHO, Mônica. Cidade Global: anotações críticas sobre um conceito. **São Paulo em perspectiva**. vol.14 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2000. Pp. 70 a 82. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392000000400008&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392000000400008&script=sci_arttext&tlng=pt) Acesso em: 02 set. 2014.

DINIZ, Bismarck Duarte. VIEIRA, Ângela Diniz Linhares. **Os desastres ambientais continuam: as lições que a usina nuclear Fukushima deveria ter aprendido com o acidente nuclear Chernobyl**. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=f1b6fac213a8baf8>. Acesso em: 27 set. 2014.

DI PIETRO, Maris Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 27 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

FLEURY, Afonso C. C. e FLEURY, Maria Tereza Leme. Estratégias competitivas e competências essenciais: perspectivas para a internacionalização da indústria no Brasil. *Gestão e Produção*. v. 10, n. 2, ago. 2003, p. 129-144. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/gp/v10n2/a02v10n2> Acesso em: 10 set 2014.

GENÊSIS. In: Bíblia de Estudo NTHL. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2011. P 24

GIDDENS, Anthony. **Consequências da modernidade**. Tradução Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GREW, Raymond. (1993), "On the prospect of global history", in Bruce Mazlish e Ralph Buultjens (eds.), *Conceptualizing global history*, Oxford, Westview Press, 1993, pp. 227-249.

IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização**. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_. As ciências sociais na época da globalização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 13. N.37 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v13n37/37Ianni.pdf> Acesso: 04 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. Nacionalismo. Regionalismo e Globalismo. **Revista Novos Rumos**. N. 25. 2011. P. 1- 4. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/viewFile/2044/1679> Acesso em: 15 set. 2014.

\_\_\_\_\_. O Estado-nação na época da globalização. **Revistas Novos Rumos**. N. 31 (14) Pp. 1-6. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/viewFile/1904/1561> Acesso em: 15 set. 2014.

\_\_\_\_\_. **A era do globalismo**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

KOSLINSKI, Mariane Campelo. Da modernidade à globalidade: novos espaços para a análise da esfera de ação da sociedade. **Revista Enfoques**. V. 4, n.1, 2005, pp. 1-21.

MARQUES, Eduardo e TORRES, Haroldo. São Paulo no contexto do sistema mundial de cidades. **Novo estudo CEBRAP**. Março de 2000. Pp. 139 a 168. Disponível em: [http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca\\_virtual/MARQUES\\_TORRES\\_Sao%20Paulo%20no%20contexto%20do%20sistema%20mundial%20de%20c.pdf](http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/MARQUES_TORRES_Sao%20Paulo%20no%20contexto%20do%20sistema%20mundial%20de%20c.pdf) Acesso em: 02 de set. 2014.

MARX, Karl Heinrich. ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. Disponível em <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf> Acesso em: 28 set. 2014.

MATTOS, Laura Valladão. As razões do laissez-faire: uma análise do ataque ao mercantilismo e da defesa da liberdade econômica na Riqueza das Nações. **Revista de Economia Política**, vol. 27, nº 1 (105), pp. 108-129, janeiro-março/2007.

NAVARRO, Vera Lucia. PADILHA, Valquíria. Dilemas do Trabalho no capitalismo contemporâneo. **Psicologia e Sociedade**. 19, Edição Especial 1, 2007, p 14-20. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19nspe/v19nspea04.pdf>. Acesso em: 10 set. 2014.

SACHS, Ignacy. Entering the anthropocene: Geonauts or sorcerer's apprentices? **Social Science Information**. PP. 462 a 471. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109231520060.Social%20Science%20Information-2011-Sachs-462-71.pdf>.

SHINN, Terry. Desencantamento da modernidade e da pós-modernidade: diferenciação, fragmentação e a matriz de entrelaçamento. **Scienti Studia**, São Paulo, v. 6, n. 1, 2008, p. 43-81. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ss/v6n1/a02v06n01.pdf>. Acesso em 11 out. 2014.

TREMBLAY, Gaëtan. De Marshall McLuhan a Harold Innis. Da Aldeia Global ao Império Mundial. **Revista FAMECOS**. Porto Alegre. nº 22 .dezembro 2003. Pp. 13-22. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3228/2492> Acesso em: 01 set. 2014.

TILLY, Charle. **Coerção, Capital e Estados Europeus**. Tradução Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.